

Um vaqueano no contestado: apontamentos sobre a trajetória de Pedro Leão de Carvalho, o “Pedro Ruivo”

A vaqueano in the contestado: notes on the trajectory of Pedro Leão de Carvalho, aka “Pedro Ruivo”

Diego Gudas*

<https://orcid.org/0000-0002-0097-0109>

Alexandre Assis Tomporoski**

<https://orcid.org/0000-0002-3042-7844>

Resumo

O Movimento Sertanejo do Contestado consistiu em um conflito social deflagrado na região fronteira entre Paraná e Santa Catarina entre os anos de 1912 e 1916. A população pobre da região enfrentou em batalha as forças legais (Exército brasileiro, Forças Públicas do Paraná e de Santa Catarina), apoiadas por capangas dos coronéis da região, os vaqueanos. Um dos mais importantes chefes vaqueanos foi Pedro Ruivo, cujo piquete atuou junto às forças de repressão sediadas em Canoinhas (SC). O objetivo deste artigo consiste em analisar aspectos da trajetória de Pedro Ruivo, com destaque para sua participação como vaqueano aliado à Coluna Norte, durante a Guerra do Contestado, e as relações sociais violentas travadas em decorrência de sua atuação. Metodologicamente, foi adotada uma abordagem qualitativa, articulando três procedimentos: investigação, interpretação, análise e produção dos resultados. Para tal fim, foi realizada a revisão da literatura disponível e a análise de fontes, quais sejam, processos criminais do período em tela e listas de pagamento de vaqueanos existentes no Arquivo Histórico do Exército. Como resultado, a pesquisa identificou o envolvimento do personagem Pedro Ruivo em relações sociais conflituosas e violentas, na época em que serviu como vaqueano, bem como no período do pós-Contestado. Conclui-se que a atuação dos vaqueanos durante a Guerra do Contestado, e em especial a trajetória de Pedro Ruivo foi perpassada por episódios de intensa violência, relações que se mantiveram mesmo após o encerramento do conflito.

Palavras-Chave: Guerra do Contestado. Vaqueanos. Pedro Ruivo

*Doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade do Contestado. Email:diegogudas.estudo@gmail.com

**Doutorado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Mestrado/Doutorado em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNC). Email: alexandre@unc.br

Abstract

The peasant movement called the Contestado Rebellion was a social conflict that broke out on the borders of Paraná and Santa Catarina between 1912 and 1916. The poor population of the region faced legal forces in battle (Brazilian Army, Public Forces of Paraná and Santa Catarina), supported by henchmen of the colonels of the region, the *vaqueanos*. One of the most important *vaqueano* leaders was Pedro Ruivo, whose patrol worked with the repression forces based in Canoinhas (SC). The purpose of this article is to analyze aspects of Pedro Ruivo's trajectory, with emphasis on his participation as a *vaqueano* allied to the North Column, during the Contestado Rebellion and the violent social relationships developed as a result of his performance. The methodology employed is based on a qualitative approach, articulating three procedures: investigation, interpretation, analysis and production of results. To this end, a review of the available literature and analysis of sources were carried out, namely, criminal cases from the relevant period and records of payments to *vaqueanos* existing in the Historical Archive of the Army. As a result, the research identified the involvement of the character Pedro Ruivo in conflicting and violent social relations, at the time he served as a *vaqueano*, as well as in the post-Contestado period. We concluded that the *vaqueanos'* performance during the Contestado Rebellion, and in particular Pedro Ruivo's trajectory, was permeated by episodes of intense violence, which remained even after the end of the conflict.

Keywords: Contestado Rebellion. *Vaqueanos*. Pedro Ruivo.

Introdução

O Movimento Sertanejo do Contestado foi deflagrado na região do Planalto Norte Catarinense e Sul do Paraná, entre os anos de 1912 e 1916. O Contestado consistiu num complexo e multifacetado movimento social, no qual a população local – representada pelos caboclos e imigrantes acabocladados – enfrentou metade do contingente de soldados do Exército brasileiro e as Forças Públicas catarinense e paranaense. Além das forças oficiais, tomaram parte no conflito milhares de capangas dos coronéis da região – os *vaqueanos* –, armados e pagos pelo governo da República para atuarem como mercenários em uma luta fratricida que ceifou dezenas de milhares de vidas. No âmbito deste movimento, encontrava-se a luta dos caboclos pelo direito de autogerirem suas vidas e manterem suas relações sociais, econômicas e culturais,

com a predominância de um forte traço religioso, dentro de parâmetros que consideravam justos.

Concomitantemente ao massacre físico desencadeado contra a população local, instaurou-se um estigma àquela população, ao território e à própria história do movimento, tendo sido seus protagonistas alcunhados de “fanáticos” e “jagunços” e, durante muitas décadas, considerados pessoas cuja suposta ignorância fora responsável pela guerra e, de certa maneira, pelo atraso no desenvolvimento daquela região. Apesar de profícua produção que aborda o movimento – cabe lembrar que as primeiras interpretações foram publicadas pelos militares que combateram no Contestado – durante décadas sua história foi relegada a segundo plano ou interpretada como uma odisseia de matutos no interior do Brasil. A partir do início dos anos 2000, a retomada de esforços na análise e interpretação do movimento do Contestado, geraram avanços e novas perspectivas sobre a história daquele conflito social. A sofisticação da instrumentalização teórico-metodológica, aliada a um período de expansão dos programas de pós-graduação no Brasil, propiciou o desenvolvimento de novas pesquisas sobre a temática, as quais, por sua vez, contribuíram para a superação de antigos mitos historiográficos e preconceitos relacionados¹.

Em meio a novas perspectivas, questão de fundamental importância e ainda carente de uma abordagem consistente, refere-se as trajetórias de determinados personagens que tiveram relevância para os eventos vinculados ao conflito e, inclusive, pelos anos e décadas subsequentes, em toda aquela área. Nos últimos anos, alguns personagens vêm recebendo atenção especializada e qualificada dos historiadores, caso, por exemplo, dos colonos europeus executados a mando do Coronel Fabrício Vieira naquela que ficou

¹ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2004. WELTER, Tânia. O profeta São João Maria continua encantado no meio do povo. Um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina. **Tese** (Doutorado em Antropologia Social). UFSC, Florianópolis, 2007. RODRIGUES, Rogério Rosa. Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro. **Tese** (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2008. VALENTINI, Delmir José. Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a Guerra na região do Contestado (1906-1916). Porto Alegre. **Tese** (Doutorado em História). PUC/RS. Porto Alegre, 2009. CARVALHO, Miguel. Mundstock de. Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970). **Tese** (Doutorado em História). UFSC. Florianópolis, 2012. ESPIG, Márcia Janete. Personagens do Contestado: os turmeiros da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande (1909-1915). **Tese** (Doutorado em História). UFRGS. Porto Alegre, 2008. KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **O Eremita das Américas**: a odisseia de um peregrino italiano no século XIX. Editora da UFSM. Santa Maria, 2014. TOMPOROSKI, Alexandre Assis. O polvo e seus tentáculos: a Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado (1910-1940). **Tese** (Doutorado em História). UFSC. Florianópolis, 2013.

conhecida como “A chacina do Iguazu”² e do monge José Maria³, morto na Batalha do Irani.

Na esteira desse processo, constatou-se a necessidade de um esforço de análise a respeito de uma figura emblemática daquele contexto: o vaqueano Pedro Leão de Carvalho, o “Pedro Ruivo”. O presente artigo se propõe a investigar a trajetória do vaqueano Pedro Ruivo, sua relação com o Movimento Sertanejo do Contestado e atuação nos anos posteriores ao término do conflito. Intenta-se desvelar a trajetória desse personagem, além de refletir sobre as relações sociais tecidas à época e o impacto dos atos praticados pelo personagem tendo como parâmetro o âmbito do Judiciário. Nessa direção, o texto apresenta apontamentos sobre a trajetória de Pedro Leão de Carvalho, destacando-se a sua participação como vaqueano aliado à Coluna Norte, durante a Guerra do Contestado, e as relações sociais violentas travadas em virtude disso, especialmente, com o adjunto de promotor público, Hortêncio Baptista dos Santos, com base em dados constantes em processos judiciais.

Para tanto, metodologicamente, foi adotada uma abordagem qualitativa, articulando três procedimentos: investigação, interpretação, análise e produção dos resultados. Utilizou-se, como principal instrumento, o cruzamento de dados entre literatura e, especialmente, entre fontes judiciais da época e as listas de pagamento de vaqueanos existentes no Arquivo Histórico do Exército⁴. As fontes judiciais estão consubstanciadas em dois processos criminais. O primeiro deles em que foi réu o personagem principal da pesquisa, Pedro Ruivo; o segundo, no qual foram apuradas as circunstâncias de seu assassinato perpetrado por Hortêncio Baptista dos Santos. Ambos os processos transcorreram na comarca de Canoinhas. O primeiro encontra-se extraviado, sendo possível sua consulta por meio da cópia que possui o historiador Fernando Tokarski cedida aos autores. O segundo faz parte do acervo do museu Orty de Magalhães Machado, no município de Canoinhas/SC. As listas de pagamentos de vaqueanos exploradas a partir de alguns dados básicos acerca dos piquetes: seu líder, seus componentes, o pagamento recebido e o período de atuação.

² POYER, Viviani. Fronteiras de uma guerra: diplomacia e política internacional em meio ao movimento social do Contestado, 1907-1918. *Tese* (Doutorado em História). UFSC. Florianópolis, 2018.

³ KUNRATH, Gabriel Carvalho. Não tivemos outro jeito: ou morríamos ou nos defendíamos, uma análise acerca da Batalha do Irani (1912). 2020. 172 f. *Dissertação* (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

⁴ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. *Série: Revoluções Internas. Sub-série: Forças em operações no Contestado*. Folhas de pagamento dos vaqueanos – Caixa nº. 5542.

Como contexto de análise, ressalta-se o Movimento Sertanejo do Contestado, mais conhecido como a Guerra do Contestado, que foi um conflito armado (1912-1916) entre Exército Brasileiro e Forças Públicas catarinense e paranaense, e sertanejos rebelados. Como recorte espacial, ressalta-se o município de Canoinhas (SC), com o território que possuía à época, lugar em que diversos acontecimentos atrelados ao conflito se concretizaram, especialmente, os que se vincularam ao que ficou chamado de a Grande Expedição, momento em que a campanha foi comandada pelo general Fernando Setembrino de Carvalho, quando Canoinhas sediou a Coluna Norte do Exército Brasileiro. Foi junto a essa coluna que se aliou o personagem ora retratado, Pedro Ruivo, na condição de vaqueano.

Dessa forma, o presente artigo está dividido em cinco partes, quais sejam: Introdução, A Guerra do Contestado: contextualização, Vaqueanos na Guerra do Contestado, O processo criminal de 1915, Morte de Pedro Ruivo e Considerações Finais.

A Guerra do Contestado: contextualização

O Movimento Sertanejo do Contestado, mais conhecido como a Guerra do Contestado, é retratado pela literatura como um conflito armado entre sertanejos e as Forças Legais (Exército Brasileiro e Forças Públicas catarinense e paranaense), durante os anos de 1912 a 1916, que resultou na morte de milhares de pessoas. O palco do conflito foi uma região de aproximadamente 28.000 quilômetros quadrados, que atualmente compreende o Sul do Paraná e o Planalto Norte, Serrano e Meio-Oeste do Estado de Santa Catarina⁵.

Para compreender os seus meandros, faz-se necessária uma digressão histórica até as causas que, somadas, resultaram no conflito. O primeiro ponto a se levar em conta é a disputa territorial existente pela região limítrofe entre os estados do Paraná e de Santa Catarina. Em 1853, o Estado do Paraná ganhou autonomia política, ao ser desmembrado de São Paulo. Desde então, a área compreendida ao sul do rio Iguaçu era reclamada pelos dois Estados. A par disso, a Argentina, especialmente a partir do ano de 1881, também passou a reivindicar a posse de parte desse território, aumentando a complexidade sobre a demanda. Em relação à disputa com a Argentina, o caso foi encerrado por meio de arbitramento presidido pelo Presidente dos Estados Unidos, Grover

⁵ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social** (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912 - 1916). 2ª ed. São Paulo, Ática, 1977, p. 199.

Cleveland, no ano de 1895, dando ganho de causa ao Brasil. No entanto, entre os dois Entes Federativos, a disputa se alongou e ainda perduraria por anos.⁶

No final do século XIX, a região era habitada especialmente por tribos indígenas e por sertanejos brasileiros, estes últimos, como pioneiros que o Caminho das Tropas⁷ trouxe para o território. Esses sertanejos estabeleceram propriedades ao longo do caminho, resultando no povoamento lento e paulatino do sertão contestado, em que predominava o sistema de compadrio, no qual o fazendeiro (grande proprietário de terras) exercia seu poder em relação aos pequenos proprietários, peões e agregados⁸. As terras devolutas que durante o século XIX existiam em relativa abundância, eram, aos poucos, concedidas a grandes fazendeiros, os coronéis da extinta Guarda Nacional⁹, os quais se tornam proprietários legais das terras, mormente após a edição da Lei de Terras de 1850, que tornava bastante complexo e dispendioso o procedimento de aquisição de terras, o que acabava por inviabilizar esse expediente ao sertanejo, bem como marginalizá-lo, impedindo seu acesso aos meios necessários para a sua subsistência¹⁰.

Entre os sertanejos, uma atividade bastante recorrente era a de ervateiro, porquanto, desde fins do século XIX, “a erva-mate proveniente de Serra-Acima já era o principal produto de exportação de Joinville, onde os engenhos possibilitaram as primeiras fortunas locais”¹¹. Sendo uma atividade substancial na economia do território, a erva-mate ganhou ainda maior destaque após a Proclamação da República, principalmente pelo fato de que a Constituição da República de 1891 passou a prever que competia aos Estados

⁶ Para uma compreensão da evolução histórica das causas do conflito e do contexto geral existente no planalto contestado, ver: TOKARSKI, Fernando Luis. **Cronografia do Contestado**: Apontamentos Históricos da Região do Contestado e do Sul do Paraná. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002. 288 p. v. 1.

⁷ O Caminho das Tropas, também conhecido como Estrada das tropas e Caminho do Sul, foi uma rota terrestre que ligava o Rio Grande do Sul à São Paulo e por onde era transportado, no lombo de mulas, os gêneros para suprir as necessidades dos garimpeiros e ao trabalho das minas, no atual estado de Minas Gerais, bem como animais destinados à atividade vinculada à cafeicultura.

⁸ AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: A Organização da Irmandade Cabocla. 4ª ed., Florianópolis: Ed. UFSC, 2001, p. 32.

⁹ A Guarda Nacional foi uma instituição civil com aspectos militares criada por lei de 18 de agosto de 1831 que tinha como objetivo defender a Constituição, a liberdade, independência, e integridade do Império; para manter a obediência e a tranquilidade pública; e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas.

¹⁰ BUENO, Evelyn; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Terra contestada: as disputas fundiárias nos vales dos rios negro e Iguaçú e sua influência para a deflagração do movimento sertanejo do contestado, 1889-1917. **Revista de Estudos Vale do Iguaçú**. Jan./Jun. 2018, v.01, n° 31, p. 131-146, p. 137.

¹¹ QUEIROZ, *op. cit.*, p. 68.

o direito de recolher taxas sobre as exportações, propriedades, profissões e indústrias¹², o que passou a acirrar ainda mais a animosidade entre Paraná e Santa Catarina em relação ao território contestado, haja vista a intenção arreadatória que se somava à indecisão sobre a jurisdição de toda aquela região.

É nessa conjuntura que teve início a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, no ano de 1907, no trecho que ligaria Porto União da Vitória a Marcelino Ramos, sendo inaugurada em 1910. No entanto, a construção da ferrovia não teve efeito apenas no que diz respeito à inovação dos transportes, pois gerou uma série de desdobramentos que contribuíram para a eclosão do conflito. Em 1906, a ferrovia já era controlada pela empresa *Brazil Railway Company*, do empresário *Percival Farquhar*, por ter recebido a concessão para a construção “através do Decreto nº 10.432, de 09/11/1889, por D. Pedro II, sendo ratificada através do Decreto nº 305, de 07/04/1890, pelo governo provisório da República.”¹³

A referida empresa não se restringiu apenas à construção e à exploração da estrada de ferro.

Visando a explorar o vasto potencial madeireiro e promover a colonização das largas terras marginais do leito ferroviário, a *Brazil Railway* cria, em 1909, a subsidiária *Southern Brazil Lumber Company*. Esta empresa sofreu alterações [...] e à denominação, que passou a ser *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. A *Brazil Lumber* providencia a construção de duas grandes serrarias [...] A maior delas é estabelecida em Três Barras [...] A outra serraria é erguida em Calmon [...].¹⁴

Isso se deu, porque fazia parte do contrato a concessão de terras que se seguia ao longo da ferrovia. Pode se supor que essas terras, concedidas à empresa de *Farquhar*, não eram desabitadas. Muitos habitantes nela viviam, os quais acabaram por ser alijados do acesso às terras que consideravam suas, muitas vezes, há gerações, conseqüentemente, de seu modo de vida e de seu meio de sustento, a mando das empresas de *Percival Farquhar*, que, além de contar com um corpo privado de segurança, tinha a seu dispor como advogado Afonso Camargo, então Vice-Presidente da Província do Paraná.¹⁵

¹² VOLTOLINI, Anderson Francisco Floriani. A questão de limites de terras entre Santa Catarina e Paraná: uma análise das mensagens de governadores de 1900 a 1916. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 31-38, 2009, p. 232.

¹³ AURAS, *op. cit.*, p. 36.

¹⁴ *Ibid.*, p. 41-42.

¹⁵ QUEIROZ, *op. cit.*, p. 102.

Paralelamente a tudo isso, o território costumava ser palmilhado há muito por monges, pessoas que praticavam o catolicismo rústico e que angariavam grande respeito e admiração pela população sertanejo, realizando curas, receitando remédios à base de ervas naturais, benzendo águas, realizando a ligação entre o mundo terreno e o sobrenatural. Sabe-se que, durante o século XIX, ao menos dois monges chamados de João Maria angariaram relevância entre os sertanejos do Contestado, sem desconsiderar que certamente houve vários outros que ostentaram o mesmo nome e aspecto¹⁶. Esse contexto deu ensejo à tradição de São João Maria, um profeta que trazia alento à população local, sem nada cobrar em troca, conquistando respeito pelos locais onde andava. Mas foi um curandeiro, conhecido como José Maria, que teria destaque e teria seu nome fortemente ligado ao conflito.

“Em 1912 um curandeiro de ervas, conhecido por José Maria de Santo Agostinho, apareceu no Município de Campos Novos”¹⁷. De conduta semelhante aos seus antecessores, José Maria tinha um diferencial: apresenta um espírito apto a enfrentar uma contenda se necessário fosse. Ao chegar a Campos Novos. Em pouco tempo, a população local começou a rodeá-lo e, por conta da ter curado a mulher do fazendeiro Francisco de Almeida, coronel da Guarda Nacional e opositor político do mandachuva de Curitiba, o coronel Francisco de Albuquerque, José Maria teve grande popularidade, a ponto de ser convidado para a Festa do Senhor Bom-Jesus, na localidade de Taquaruçu, então Curitiba (hoje pertencente ao município de Fraiburgo), e uma multidão ter ido ao seu encontro. A reunião de seguidores espantou Albuquerque, que telegrafou ao governador de Santa Catarina, Vidal Ramos, informando-lhe sobre o ajuntamento de seguidores e uma suposta declaração de monarquia¹⁸.

O telegrama do coronel Francisco de Albuquerque provocou alarma em Florianópolis, despertou atenção em Curitiba e foi repercutir até mesmo na imprensa do Rio de Janeiro. Garantia o governador de Santa Catarina que o movimento surgido em Taquaruçu era semelhante ao de Canudos¹⁹.

Por conta da solicitação de Albuquerque, Vidal Ramos enviou contingente da força policial para debandar o monge e seus seguidores, os quais

¹⁶ *Ibid.*, p. 52.

¹⁷ *Ibid.*, p. 77.

¹⁸ *Ibid.*, p. 87/88.

¹⁹ *Ibid.*, p. 89.

se deslocaram para a localidade de Irani, pertencente, então, ao município de Palmas²⁰. O Estado vizinho, Paraná, entendeu que o alvoroço no território então contestado poderia ser parte de alguma ação estratégica de Santa Catarina, em busca de afirmar posse sobre o local, e enviou o Regimento de Segurança, comandado pelo coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho, que tinha como objetivo levar o monge e seus seguidores amarrados com cordas para Curitiba²¹. No dia 22 de outubro de 1912, a tropa do Regimento de Segurança do Paraná encontrou o monge e seus seguidores no local conhecido como Banhado Grande (atual município catarinense de Irani), onde se deu o primeiro combate, marcando o início do que passou a ser conhecido como Guerra do Contestado. Fatalmente, no primeiro combate, tanto o monge José Maria quanto o coronel João Gualberto foram mortos.

A partir de então, entre os anos de 1912 e 1916, uma série de combates se travaria entre sertanejos e tropas do governo federal e estadual, as quais eram também auxiliadas por mercenários contratados para combater e servir como guias: os vaqueanos, personagens que ficaram vinculados à Guerra do Contestado com características bastante peculiares.

Vaqueanos na Guerra do Contestado (1912-1916)

Ao ser analisada a Guerra do Contestado, é possível constatar a existência de uma série de fenômenos que lhe foram próprios e exigem análise individual para permitir uma reflexão dotada de maior riqueza. Nesse contexto, destaca-se a atuação, junto às Forças Legais (Exército Brasileiro e Regimentos de Segurança do Paraná e de Santa Catarina), dos personagens que acabaram por ficar cognominados “vaqueanos”.

O espaço geográfico que na passagem do século XIX para o XX era a razão de disputas entre Paraná e Santa Catarina, naquele período, pouco era conhecido pelos órgãos governamentais. Durante muito tempo, inclusive, essa região era chamada de “Sertão de Curitiba”:

Era o vasto e ainda inexplorado “Sertão de Curitiba”, nos tempos em que o atual Estado do Paraná e ainda o de Santa Catarina, até Lages em seus extremos com as “Chapadas da Vacaria”, pertenciam à Capitania e depois Província do atual Estado de São Paulo²²

²⁰ Irani, hoje município catarinense, possui autonomia política desde 1963

²¹ *Ibid.*, p. 99.

²² EHLKE, Cyro. **A Conquista do Planalto Catarinense**: bandeirantes e tropeiros do “sertão de Curitiba”.

Ao eclodir a Guerra do Contestado, embora já existissem contingentes humanos vivendo há gerações neste espaço geográfico, as Forças Militares não conheciam essa região, necessitando de guias locais para norteá-los durante as campanhas militares.

Esses guias, muitos dos quais recebendo pagamento pelos serviços prestados, vieram a ficar conhecidos como “vaqueanos”, como tipicamente eram chamadas as pessoas que exerciam tais funções naquele determinado período e território. A par da função de guia, os vaqueanos vieram a participar ativamente dos combates travados com os sertanejos rebelados. Em vista dessas características, pode-se, sem nenhum receio, apontar que os vaqueanos exerciam, de fato, na Guerra do Contestado, a função de mercenários. Nesse sentido, “eram mercenários no sentido literal da palavra, uma vez que agiam ou trabalhavam apenas por interesse financeiro, fosse dinheiro, posses, ou algo que representasse vantagens materiais.”²³

Embora tenham servido desde as primeiras expedições ao Contestado, no ano de 1912, o fato é que o período com o maior número de informações sobre esses personagens relaciona-se à expedição comandada pelo general Fernando Setembrino de Carvalho, entre os anos de 1914 e 1915. A atuação dos vaqueanos na Guerra do Contestado é encontrada, mormente, em Rodrigues²⁴. Dentre as contribuições desse autor, verifica-se sistematização dos dados acerca desses personagens, destacando-se a composição dos piquetes, tendo como base fontes primárias, principalmente, as listas de pagamento existentes nos arquivos do Exército. O autor aglutina as informações e permite uma leitura específica acerca de cada um dos piquetes, dentre os quais, o de Pedro Ruivo. Contextualizando essas informações, afirma:

De acordo com os dados oficiais da Guerra do Contestado foram incorporados ao exército brasileiro cerca de mil civis. Tal número diz respeito apenas à campanha militar comandada pelo general Fernando Setembrino de Carvalho, que esteve na região entre os meses de setembro de 1914 e maio de 1915. Para os períodos anteriores e posteriores a essa expedição não há referência completa. As informações, embora dispersas, apontam para um número superior a 1500 civis junto às forças repressoras entre os anos de 1912 a 1916.²⁵

Rio de Janeiro: Laudes, 1973.

²³ POYER, *op. cit.*, p. 248.

²⁴ RODRIGUES, *op. Cit.*

²⁵ *Ibidem.*, p. 310.

A Grande Expedição, como ficou conhecida, partia de uma estratégia fundamental de perfazer um grande cerco sobre os rebeldes. Setembrino de Carvalho dividiu a tropa à sua disposição em quatro grandes colunas:

Essas foram nomeadas de acordo com o ponto cardeal ao qual estava localizada a sede de seu comando. Desta forma, criou-se a Coluna Norte comandada pelo coronel Manoel Onofre Ribeiro; a Coluna Sul comandada pelo coronel Raul de Estilac Leal; a Coluna Leste sob o comando do coronel Júlio César Gomes da Silva e a Coluna Oeste comandada pelo coronel Arthur Sócrates²⁶.

Rodrigues²⁷ explana que durante à Grande Expedição, junto à Coluna Norte, atuavam cinco grupos de vaqueanos, sendo eles os de Pedro Ruivo, Leocádio Pacheco, Pedro Pacheco, Bonifácio Massaneiro e Manoel Elias de Souza. Dentre esses piquetes, teria recebido notoriedade o de Ruivo, especialmente, por crimes a ele imputados durante o período que atuava junto às Forças.

A partir dessas informações, foi possível a particularização de dados biográficos atinentes ao referido personagem. Nessa linha, observou-se que o vaqueano era originário do município de Curitiba-SC, onde nasceu por volta de 1864, sendo filho de José Francisco de Carvalho, tabelião local, e Eufrásia Carvalho. Por volta do ano de 1909, migrou para o então distrito de Canoinhas-SC, não se sabendo ao certo por qual razão, havendo notícias de ser o móvel o apoio político a Thomaz Vieira, que se afirmava então como liderança política local; bem como uma hipotética fuga de Curitiba devido a ter supostamente planejado um assalto aos escritórios da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande²⁸.

Ao ser contratado como comandante de piquete de civis, Pedro Ruivo atuou junto a referida coluna em diversos combates, acompanhando inclusive a grande investida ao reduto de Santa Maria sob o comando do capitão Tertuliano de Albuquerque Potiguara. Esta investida, saindo de Canoinhas-SC, teve êxito nos vários combates que travou durante o caminho pela área conflagrada, culminando, no mês de abril de 1915, com a vitória sobre o Santa Maria, o grande reduto “jagunço”.

²⁶ POYER, *op. cit.*, p. 248.

²⁷ RODRIGUES, *op. cit.*, p. 319.

²⁸ GUDAS, Diego. A Trajetória do Vaqueano Pedro Leão de Carvalho, o Pedro Ruivo, e sua Relação com o Movimento Sertanejo do Contestado. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade do Contestado (UNC), Canoinhas/SC, 2021, p. 61/62.

Apesar de acompanhar as forças militares em suas expedições, nos espaços entre elas, o vaqueano foi acusado da realização de razias pelo interior da área convulsionada, praticando os mais diversos crimes. Em virtude disso, respondeu a processo criminal na Comarca de Canoinhas, documento provido de ricas informações sobre sua trajetória e as relações sociais conflituosas que acabou encetando em decorrência de sua atuação.

O Processo Criminal de 1915

Em setembro do ano de 1915, em resposta a um texto assinado por Ruivo e publicado no jornal Diário da Tarde (PR), em que o este atacou diversas autoridades locais, o adjunto de promotor público de Canoinhas, Hortêncio Batista dos Santos, responde com a publicação de artigo no jornal catarinense O Estado (SC), noticiando uma série de crimes que teriam sido cometidos por Pedro Ruivo. Os fatos teriam ocorrido durante o período em que serviu como vaqueano junto à Coluna Norte.

A referida publicação, seguramente, teve grande impacto e repercussão, chegando ao conhecimento do chefe de polícia estadual, Ulysses Gerson Alves da Costa, que determinou ao delegado de Canoinhas a instauração de inquérito policial. Foi a partir dos fatos apurados no inquérito, que o Processo Criminal teve origem em 23/12/1915²⁹.

Esse processo traz como réus três pessoas, Pedro Leão de Carvalho (Pedro Ruivo), João Sizenando de Carvalho (João Ruivo) e Nero de Tal (Homero Brando dos Santos), o qual não foi encontrado para responder as acusações. O documento é dotado de uma série de singularidades. A primeira refere-se ao fato de que o Ministério Público deixa claro que as imputações deveriam ter sido realizadas não apenas aos réus identificados, mas aos demais componentes do piquete, pois as imputações que se faziam a Ruivo vinculavam-se também ao seu bando. No entanto, pela anormalidade por que passava a comarca, não teria sido possível a identificação dos demais componentes.

A segunda particularidade diz respeito ao fato de que por quatro vezes sucessivas Pedro e João Ruivo foram submetidos a julgamentos pelo Tribunal do Júri e em todos absolvidos. Isso se dava, porque a cada absolvição, com exceção da última, a decisão era recorrida e o Tribunal de Justiça do Estado (denominado, à época, de Superior Tribunal de Justiça do Estado) reformava-a,

²⁹ CANOINHAS (SC). Juízo de Direito da Comarca de Canoinhas. **Summario de Culpa de Pedro Leão de Carvalho, vulgo Pedro Ruivo, João Ruivo e Nero de tal.** Autuado em: 23 dez. 1915.

determinando novo júri. Neste ponto, outra peculiaridade. Embora os promotores desenvolvessem o recurso com base na decisão contrária à prova dos autos, as decisões do tribunal fundamentavam-se em argumentos de cunho processual, a exemplo dos defeitos na formulação de quesitos apresentados aos jurados.

No processo, um grande número de fatos criminosos foram atribuídos aos réus: assassinatos, roubos, estupros, incêndios. Possivelmente o mais impactante, citado também por Queiroz³⁰, diz respeito ao assalto à residência em que conviviam dois casais. Refere o processo que os casais compartilhavam o mesmo teto, possivelmente, pelo grau de parentesco que os unia, haja vista tratarem-se de irmão e irmã, com, respectivamente, sua mulher e marido. Em princípios do ano de 1915, período que coincide com a ofensiva militar sobre os redutos existentes no interior do município de Canoinhas, a casa das vítimas teria sido tomada por Pedro Ruivo e seu piquete. Após amarrarem os homens no interior da habitação, teriam sido as mulheres violentadas sob as vistas dos maridos imobilizados, enquanto os algozes praticavam troça, dizendo João Ruivo ao pai que havia sido logrado, por ele “ter ficado com a mais bonita”.

Em meio a uma complexidade de fatos e depoimentos existentes no processo, destaca-se o testemunho de Antônio Bonifácio Massaneiro. Este, após afirmar que também teria sido vaqueano à serviço da coluna norte, declarou que tinha ciência de uma gama de crimes atribuídos a Pedro Ruivo e seu bando. Dentre eles, o caso reportado acima e a morte de Manoel Pontes. O conhecimento acerca dos fatos provinha, segundo o que afirmou, da função que exercia à época: inspetor de quartelão.

Bonifácio Massaneiro é figura importante a ser analisada, haja vista que Pedro Ruivo, ao ser ouvido no processo, argumentou que a razão das acusações de Massaneiro residia no fato de ter sido “fanático” antes de virar vaqueano. Há menções na literatura, a exemplo do que apontou Queiroz³¹, de que muitos “ex-fanáticos” vieram a se tornar vaqueanos. No caso de Massaneiro, a informação parece se confirmar, porquanto, além da afirmação de Pedro Ruivo, Demerval Peixoto, militar do Exército que atuou na Guerra do Contestado, faz alusão a um “Massaneiro” que teria assim procedido:

A 26 de Março, em Canoinhas, organizara-se o destacamento ao mando do capitão Potiguara para o ataque pelo norte do Sta. Maria. [...] 110 vaqueanos dos piquetes de Pedro Ruivo, Leocádio

³⁰ QUEIROZ, *op. cit.*, p. 220.

³¹ QUEIROZ, *op. cit.*, p. 225.

e Pedro Pacheco, Elias de Souza e **Bonifácio Massaneiro, este último o melhor conhecedor do itinerário porque era provindo do lado dos bandoleiros onde estivera até a pacificação de Janeiro**³² (grifo nosso).

Pelas circunstâncias e características, é possível supor que seja a mesma pessoa, em outras palavras, que, de fato, Massaneiro teria mudado de lado, durante o desenrolar do conflito. Esse contexto demonstra que as relações existentes, mesmo entre os próprios vaqueanos, não eram de todo harmônicas, especialmente, no caso de “ex-fanáticos” que passavam a combater ao lado das forças regulares. Demonstra também, ao se considerar que tanto Ruivo quanto Massaneiro eram comandantes de piquetes, que, além de disputas entre indivíduos, os próprios piquetes acabavam se tornando rivais, ainda que “oficialmente” estariam “lutando” por uma mesma causa.

O exame do processo também permite inferir algumas relações sociais travadas entre os personagens, mesmo fora do âmbito judicial. Muitos foram os casos em que testemunhas ou jurados deveriam ter sido considerados “viciados” devido à relação que possuíam com os réus, vício que em nenhum momento foi apontado ou arguido. A título de exemplo, cita-se o caso de Guilherme Weber. Como já ressaltado, na denúncia, o promotor enfatizou que muitas outras pessoas teriam prestado auxílio aos réus formalmente apontados. Não obstante, devido à situação anormal pela qual passava a comarca, não foi possível sua identificação. Esse fato é de extrema relevância. As outras pessoas a que o promotor se refere, seriam, naturalmente, vaqueanos que faziam parte do piquete. Guilherme Weber era um dos vaqueanos do bando de Pedro Ruivo, conforme as listas de pagamento, o qual, além de não ter sido processado, fez parte do terceiro júri. Ele integrou o Conselho de Sentença que absolveu os acusados em 07/03/1919, ou seja, Weber, que deveria figurar como réu no processo (pois os fatos foram atribuídos ao piquete que integrava), acabou na função de jurado, contribuindo para a absolvição do antigo chefe.

Foi semelhante o caso de Nicolau Fernandes. Este serviu como testemunha de justificação arrolada pela defesa. O cruzamento de fontes (processo criminal e a lista de pagamento de vaqueanos) aponta que Lau Fernandes, como era conhecido, também era vaqueano que fazia parte do piquete de Pedro Ruivo. Não obstante, do mesmo modo que Guilherme Weber, serviu no processo sem maiores adversidades.

³² PEIXOTO, Demerval. **A campanha do contestado**: episódios e impressões. 2. ed. Rio de Janeiro: 1920, p. 689.

Outro nome surgido no processo e dotado de certas particularidades é o de José Bonifácio da Cunha. Este, após também servir como testemunha de justificação apontada pela defesa de Ruivo em 02/04/1917, serviu como um dos jurados que fez parte do Conselho de Sentença do terceiro júri a que Ruivo foi submetido, no dia 07/03/1919, e pelo qual foi absolvido.

Não obstante a relevância de todos esses personagens, seguramente o de maior destaque para a análise da atuação do vaqueano durante a Guerra do Contestado e os reflexos sociais daí decorrentes é Hortêncio Baptista dos Santos. Adjunto de promotor à época em que o conflito abrangeu o município de Canoinhas, Hortêncio foi quem tornou públicas as acusações que pesaram sobre Pedro Ruivo. O processo traz indicativos de que a relação entre ambos não era amistosa, no entanto, não esclarece com profundidade quais seriam as razões da inimizade;

Muitas dessas respostas somente foram encontradas, quando a pesquisa investigou o destino final de Pedro Ruivo. O vaqueano foi assassinado, no ano de 1920, pelo próprio Hortêncio Baptista. Em decorrência do crime, Hortêncio também foi processado e submetido a júri. O processo a que respondeu traz inúmeras informações sobre a relação conflituosa entre ambos, elucidando diversas lacunas.

Morte de Pedro Ruivo

No processo a que foi submetido Hortêncio pela morte do vaqueano³³, foi possível perceber que no dia 20/07/1920, treze dias após a quarta e derradeira absolvição de Pedro Ruivo, por volta das 11h da manhã, em frente ao hotel Wagner, em Canoinhas, Hortêncio Baptista assassinou Pedro Ruivo com um tiro na face.

O argumento defensivo apresentado por Baptista foi o de que Ruivo teria ido até o local para agredi-lo com um chicote do tipo rabo-de-tatu e, para defender-se, atirou no seu algoz. Após trazer sua versão, Hortêncio Baptista apontou uma série de acontecimentos que teria motivado a animosidade existente entre os dois personagens, momento em que torna possível a identificação das possíveis razões que teriam levado ambos os personagens a hostilizarem-se, respondendo, de certo modo, a muitas lacunas existentes no processo em que Ruivo figurou como réu.

³³ Canoinhas (SC). Juízo de Direito da Comarca de Canoinhas. **Summario de Culpa de Hortêncio Baptista dos Santos**. Autuado em: 30 jul. 1920.

Ao que tudo indica, um dos motivos da desavença seria decorrente de um processo judicial movido por João da Silva Trindade, requerendo a tutela de um neto seu, cuja mãe, filha de Trindade, era amásia de Pedro Ruivo. Na condição de adjunto de promotor e de curador geral de órfãos, Hortêncio teve relação com o processo, o qual teve desfecho favorável a Trindade, consequentemente, adverso às pretensões de Ruivo. Este, contrariado, publicou artigo no jornal *Diário da Tarde* (PR), em que faz menção à demanda, afrontando com insultos tanto Hortêncio quanto o juiz de direito, Antônio Selistre de Campos, além do delegado de polícia, José Joaquim dos Santos. Como forma de resposta, Hortêncio Baptista publicou o artigo que veio a ser o fato motivador da instauração da investigação contra Ruivo.

No entanto, esse fato não foi isolado. A análise do processo de Hortêncio Baptista indica que ambos os personagens já haviam entrado em vias de fato por pelo menos três vezes. Relatou o próprio Hortêncio, em seu interrogatório do dia 27/09/1920, que em certa ocasião, durante um baile que ocorria na casa de José Pavão, só escapou de morrer ou de apanhar de Pedro Ruivo, por intervenção do tenente José Joaquim, que à época era delegado de polícia.

Posteriormente, na casa de Maximiliano Julio Schindler, enquanto Baptista discutia com Vitor Soares de Carvalho, Ruivo buscou agredi-lo com uma bengala, deixando de materializar a conduta em razão de Baptista ter empunhado seu revólver para “se fazer respeitar”.

Uma terceira ocasião, por certo mais grave, ocorrera em 25/07/1918, dez dias após Pedro e João Ruivo terem sido libertados da cadeia pública pela absolvição no segundo júri. Em frente ao hotel Ritzmann, em Canoinhas, Baptista e Ruivo se encontraram, momento em que, após proferir insultos, Ruivo teria buscado agredir Baptista com uma bengala, ensejando um disparo de revólver por parte deste, sem, no entanto, acertar seu alvo. O caso teria sido apurado em inquérito policial e arquivado pelo juiz de direito.

Analisando a cronologia do processo desse processo, observa-se que transcorreu entre os anos de 1920 e 1921, na comarca de Canoinhas (SC). A defesa sustentava-se no argumento de legítima defesa, pois o tiro desferido em Ruivo teria sido repulsa a tentativa de agressão com o chicote rabo-de-tatu. Em decorrência dele, Hortêncio Baptista, no dia 15/04/1921, foi submetido a júri popular e absolvido. No entanto, a absolvição foi anulada pelo Tribunal de Justiça, acolhendo a preliminar de nulidade que apontava a inépcia do libelo acusatório. Em decorrência disso, no dia 12/11/1921, ocorreu o segundo júri,

do qual foi absolvido pela segunda e derradeira vez, ao ser reconhecida pelo júri a tese de legítima defesa.

Considerações finais

Ao estabelecer a análise das fontes, foi possível constatar que o fato de Pedro Ruivo haver atuado na função de vaqueano contratado pelas Forças Legais possivelmente lhe concedeu certo prestígio social, o que provavelmente lhe deixou à vontade até mesmo para atacar autoridades públicas na imprensa da época. Dentre as autoridades com quem mais conflitou, o destaque foi o adjunto de promotor Hortêncio Baptista dos Santos, o qual, por haver servido em processo cujo objeto era a tutoria de menor, demanda que desatendeu os interesses de Ruivo, acabou por se transformar em seu desafeto. Além do episódio “jurídico”, ficou evidenciado também que a contenda chegou ao ponto de ensejar pelo menos três ocasiões em que os personagens entraram em vias de fato, em uma delas, inclusive, com disparo de arma de fogo, antes do encontro final, que culminou com a morte de Ruivo.

O exame do processo a que foi submetido Pedro Ruivo e o cruzamento de informações com o processo de Hortêncio Baptista, permitiu uma constatação importante, vinculada ao contexto da Guerra do Contestado. Embora tenha havido iniciativa por parte das instituições de persecução penal visando a responsabilização do vaqueano, a justiça se mostrou inefetiva. Uma possível razão para isso reside nas particularidades atreladas a seus personagens. Muitas das pessoas que fizeram parte do processo, a exemplo de testemunhas e jurados, mantinham entre si relacionamentos sociais em seus quotidianos. Não se pode desprezar que isso possa ter transportado para o ambiente processual as relações travadas na vida privada, sendo difícil desconsiderar que esse fato não influenciou na tomada de decisões, especialmente, no caso do Tribunal do Júri, em que cidadãos leigos são sorteados para servirem como juízes do fato.

As informações constantes nos dois processos judiciais estudados, os quais funcionaram como uma espécie de “duas faces de uma mesma moeda”, apontam relações sociais tumultuosas e violentas que o personagem Pedro Ruivo travou à época em que serviu como vaqueano, bem como no período imediatamente seguinte. Isso se pode afirmar, especialmente, ao se concentrar a análise em relação ao adjunto de promotor público Hortêncio Baptista dos Santos, o qual, além de ser o denunciante dos crimes que teriam sido

praticados pelo vaqueano, manteve com ele diversos episódios conflituosos, o que acabou por culminar com o assassinato de Ruivo.

Esse contexto todo evidencia a contribuição da presente pesquisa, ao evidenciar que as consequências do período formalmente atribuído à Guerra do Contestado, 1912 a 1916, não se limitaram a esse lapso temporal, porquanto, as relações violentas se seguiram ao término do conflito, que continuou ensejando mortes no território que abarcou. Além do mais, permitiu lançar luzes sobre aspectos biográficos acerca do personagem, acrescentando informações ao que a literatura especializada contém.

Referências

- AURAS, Marli. Guerra do Contestado: A Organização da Irmandade Cabocla. 4ª ed., Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.
- BUENO, Evelyn; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Terra contestada: as disputas fun-diárias nos vales dos rios negro e Iguaçu e sua influência para a deflagração do movimento sertanejo do contestado, 1889-1917. Revista de Estudos Vale do Iguaçu. Jan./Jun. 2018, v.01, nº 31, p. 131-146, p. 137.
- CARVALHO, Miguel. Mundstock de. Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970). Tese (Doutorado em História). UFSC. Florianópolis, 2012.
- EHLKE, Cyro. A Conquista do Planalto Catarinense: bandeirantes e tropeiros do “sertão de Curitiba”. Rio de Janeiro: Laudes, 1973.
- ESPIG, Márcia Janete. Personagens do Contestado: os turmeiros da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande (1909-1915). Tese (Doutorado em História). UFRGS. Porto Alegre, 2008.
- GUDAS, Diego. A Trajetória do Vaqueano Pedro Leão de Carvalho, o Pedro Ruivo, e sua Relação com o Movimento Sertanejo do Contestado. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade do Contestado (UNC), Canoinhas/SC, 2021.
- KARSBURG, Alexandre de Oliveira. O Eremita das Américas: a odisséia de um peregrino italiano no século XIX. Editora da UFSM. Santa Maria, 2014.
- KUNRATH, Gabriel Carvalho. Não tivemos outro jeito: ou morríamos ou nos defendíamos, uma análise acerca da Batalha do Irani (1912). 2020. 172 f.

Dissertação (Mes-trado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2004.

POYER, Viviani. Fronteiras de uma guerra: diplomacia e política internacional em meio ao movimento social do Contestado, 1907-1918. Tese (Doutorado em História). UFSC. Florianópolis, 2018.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Messianismo e Conflito Social (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912 – 1916). 2ª ed. São Paulo, Ática, 1977.

RODRIGUES, R. R. Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2008.

TOKARSKI, Fernando. Cronografia do Contestado: Apontamentos Históricos da Região do Contestado e do Sul do Paraná. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002. 288 p. v. 1.

TOMPOROSKI, A. A. O polvo e seus tentáculos: a Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado (1910-1940). Tese (Doutorado em História). UFSC. Florianópolis, 2013.

VALENTINI, D. J. Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a Guerra na região do Contestado (1906-1916). Porto Alegre. Tese (Doutorado em História). PUC/RS. Porto Alegre, 2009.

VOLTOLINI, Anderson Francisco Floriani. A questão de limites de terras entre Santa Catarina e Paraná: uma análise das mensagens de governadores de 1900 a 1916. Revis-ta Santa Catarina em História, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 31-38, 2009, p. 232.

WELTER, T. O profeta São João Maria continua encantado no meio do povo. Um es-tudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina. Tese (Doutorado em Antropologia Social). UFSC, Florianópolis, 2007.

Artigo recebido para publicação em 24/06/2023 e aprovado em 14/02/2024